

# A GUERRA AOS OLHOS DE UM CRONISTA TARDO-MEDIEVAL: RUI DE PINA E A CRONICA DE D. AFONSO V

António Martins Costa

## Resumo

Na centúria de Quatrocentos, o tema da guerra torna-se central na escrita das crónicas régias portuguesas, então impulsionadas pela dinastia de Avis. O cronista Rui de Pina retoma o trabalho de Fernão Lopes – o primeiro no seu ofício – na escrita das biografias dos reis e compõe a *Crónica de D. Afonso V*, a mais extensa das suas obras e que tem no tema bélico um pilar central da narrativa. Assim, a partir desta obra procuraremos observar, nas linhas do cronista, o fenómeno da guerra numa perspectiva cultural, ensaiando diferentes aproximações. Em primeiro lugar, pretendemos observar, no plano ideológico, como eram entendidos por Rui de Pina os vários tipos de conflitos quanto à sua natureza; em segundo lugar, com um olhar para a sociedade do século XV, tentaremos compreender que homens mereciam a atenção do cronista no mundo das armas e quais os valores que lhes estavam associados; em terceiro lugar, estando em análise uma obra que resultou de uma encomenda da Coroa, procuraremos perceber qual era o alcance político da narrativa bélica de Rui de Pina.

**Palavras-chave:** Guerra; Crónicas; Cronista; Rui de Pina; Século XV

## Abstract

In the 15th century, the theme of war became central in the Portuguese royal chronicles, then supported by the Avis dynasty. The chronicler Rui de Pina takes up the work of Fernão Lopes – the first in his profession – in writing the biographies of kings and composes the *Crónica de D. Afonso V*, the most extensive of his works and which has the war theme as an essential part of the narrative. Thus, based on this work, we will try to observe, along the lines of

the chronicler, the phenomenon of warfare in a cultural perspective, in different approaches. First, we intend to observe, on the ideological level, how Rui de Pina understood the various types of conflicts, regarding their nature; second, with a look on the society of the 15th century, we will try to understand which men were focused by the chronicler in the world of warfare and what values were associated with them; third, as a work that resulted from a commission by the Crown is being analysed, we will try to understand the political intention of Rui de Pina's warfare narrative.

**Keywords:** War; Chronicles; Chronicler; Rui de Pina; 15th Century

## Introdução

No século XV, a corte régia tomou a dianteira na produção da cultura escrita em Portugal. A dinastia de Avis, sob a sombra da ilegitimidade, impulsionara uma estratégia de afirmação que ao nível intelectual, para além de uma literatura moralista para modelar senhores, passou pela construção sistemática da memória da realeza através das crónicas. Assim, ainda na primeira metade da centúria, foi inaugurando o cargo de cronista régio por Fernão Lopes. Este deu então início a uma prosa que, em relação às tradicionais formas de registo dos acontecimentos, se impunha como “uma narrativa ordenada (diacronicamente), de estrutura e apresentação internas mais complexas e apurada no manuseamento de materiais informativos diversificados”<sup>1</sup>. Mas à medida que se consolidava, como notou Teresa Amado, o discurso cronístico foi anunciando um dos seus temas de eleição: a guerra<sup>2</sup>.

Até ao final de Quatrocentos, sucederiam a Fernão Lopes: Gomes Eanes de Zurara, Vasco Fernandes de Lucena e Rui de Pina<sup>3</sup>. A este último, na viragem para o século XVI, coube retomar a escrita da *Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V*, que nos é apresentada com uma forte marca das armas na sua narrativa, sendo ainda hoje uma fonte incontornável para o estudo da arte militar na transição entre a Idade Média e o Renascimento.

Nessa linha, através da prosa de Rui de Pina, procuraremos observar neste artigo o fenómeno bélico numa perspectiva cultural, ensaiando diferentes aproximações. Em primeiro lugar, propomo-nos compreender como, no plano ideológico, era(m) entendida(s) a(s) guerra(s) por quem sobre elas escrevia; em

<sup>1</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988, pp. 85-86

<sup>2</sup> AMADO, Teresa – *A guerra até 1450: ideia e prática, a imagem do inimigo*. Coord. Teresa Amado. Lisboa: Quimera, 1994, p. 6.

<sup>3</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977, pp. 9-11.

segundo lugar, tentaremos perceber, com um olhar sociológico, que homens mereciam a atenção do cronista no mundo das armas; por fim, procuraremos qual era o alcance político de Rui Pina patente na sua narrativa marcial. Mas antes de passar ao desenvolvimento deste trabalho impõe-se que dediquemos algumas linhas, ainda que sumariamente, ao autor e à sua obra, destacando em jeito de enquadramento as guerras que o cronista tratou.

Natural da Guarda, Rui de Pina nasceu por volta de 1440 do casamento de Leonor Gonçalves e Lopo Fernandes de Pina, oficial da casa do infante D. Pedro. Tenha sido ou não escudeiro da infanta D. Brites, o seu contacto com o mundo das armas – que aqui nos interessa particularmente – aconteceu provavelmente na década de 1460, quando o pai foi coudel na Beira. Chegou à corte no final do reinado de D. Afonso V como escrivão do príncipe, mas foi durante o governo de D. João II que se evidenciou enquanto notário do paço e como secretário em embaixadas a Castela e a Roma. O seu percurso burocrático seria coroado, em 1490, com a atribuição de uma tença 9 600 réis para prosseguir a redacção das crónicas régias, dada a avançada idade do titular do ofício, Vasco Fernandes de Lucena. Após a renúncia deste em 1497, alcançou finalmente os cargos de cronista e de guarda-mor da Torre do Tombo por nomeação de D. Manuel I, o que permitiu a continuidade de um labor historiográfico que se revelaria produtivo: por um lado, tirando partido de trabalho deixado por Fernão Lopes, concluiu as crónicas dos reis D. Sancho I a D. Afonso IV, vindo a motivar a célebre acusação de plágio levantada por Damião de Góis; por outro lado, dando sequência às crónicas dos monarcas da segunda dinastia, escreveu as biografias de D. Duarte, D. Afonso V e D. João II. Nobilitado com carta de fidalgo, Rui de Pina conservaria os cargos até à morte, em 1522, quando foi sucedido pelo seu filho Fernão de Pina, indigitado por D. João III<sup>4</sup>.

Entre as crónicas de Rui de Pina, as três dos monarcas de Avis são as mais desenvolvidas. Destas, a mais extensa é a de D. Afonso V, concluída em 1504, na medida em que o cronista se viu obrigado a cobrir um reinado de 1438 a 1481. Eixo estruturante na narrativa, os conflitos focados são, sobretudo, aqueles em que a coroa se achou directamente envolvida. Por isso nos transporta para os cercos aos castelos alentejanos na disputa pela regência entre D. Pedro e D. Leonor em 1441; para as movimentações senhoriais que culminaram na Batalha de Alfarrobeira de 1449; para as tomadas das praças africanas de Alcácer-Ceguer, em 1458, e de Arzila e Tânger, em 1471, além das cavalgadas em Benacofu de 1463-1464; por fim, para a grande campanha castelhana que teve o seu ponto alto em Toro, em 1476, na demanda do trono de Henrique IV. Pelo meio, não escaparam ao cronista os conflitos estrangeiros, chegando-nos ecos das guerras em Castela entre os infantes de Aragão e o rei Juan II, nas décadas de

<sup>4</sup> GOMES, Rita Costa – «Rui de Pina». In *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 597-599; PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina*. Introd. e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977, pp. V-XXIII.

1430 e 1440; das conquistas napolitanas de Afonso V de Aragão entre 1440 e 1450; da queda de Constantinopla às mãos dos turcos otomanos, em 1453; de combates na Guerra das Rosas em Inglaterra, por volta de 1470; e, finalmente, das ambiciosas empresas do duque da Borgonha, Carlos, o Temerário, frente a Luís XI de França e ao duque da Lorena, que culminaram em Nancy, em 1477. Contando os 213 capítulos da crónica, o tema da guerra prevalece em mais de metade! Vejamo-lo então.

### 1. A guerra e as suas “maneiras”

Ao longo da Idade Média, o fenómeno bélico foi objecto de vigilância institucional na Cristandade. Com a Igreja à cabeça, segundo Jean Flori, procurou-se controlar a actividade guerreira, regulando-a com doutrina e canalizando-a para fins conformes<sup>5</sup>. Nos finais da medievalidade, as monarquias, no seu processo de centralização, incorporavam claramente esses princípios ideológicos nas suas obras jurídicas. São disso exemplo as *Ordenações Afonsinas* – preparadas durante a regência do infante D. Pedro e ainda em vigor quando Rui de Pina escreveu a crónica em análise –, onde podemos encontrar, no “Regimento da Guerra”, a categorização dos conflitos em diversas “maneiras”<sup>6</sup> – ou, dito de outro jeito, tipos. Como tal, interessa-nos descortinar com base em exemplos o que nos diz o cronista, a partir do âmbito mental da época, em relação a esses diferentes enquadramentos da(s) guerra(s). Transparece consciência deles? Como no-los transmite? Que objectivos servem?

O texto da *Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V* inicia-se praticamente com a génese de um conflito interno. Ao longo de dezenas de capítulos, Rui de Pina descreve-nos em detalhe a disputa protagonizada pelo infante D. Pedro e pela rainha D. Leonor tendo em vista o exercício da regência do reino, durante a menoridade de D. Afonso V. É na narrativa desse braço-de-ferro político iniciado em 1438, cujo fim resultou nos cercos aos castelos hospitalários e no exílio da mãe do jovem rei em 1441, que atentaremos à soma, pelo cronista, dos pressupostos que enformam a guerra civil<sup>7</sup>.

Morto D. Duarte, em Tomar, Rui de Pina dá-nos conta de um reino em paz e unido como, segundo deixa transparecer, era desejável. Porém, ainda que D. Leonor, segundo o cronista, fosse “Senhora de bom entender e de tençam saa” – note-se que era avó paterna do rei D. Manuel I, a quem foi entregue esta crónica – e sensível a uma hipótese de regência partilhada com o cunhado legítimo mais velho, “logo outros, com razoens cooradas ao revés destas a mudaram deste preposyto”<sup>8</sup>. Entre os que perturbaram a concórdia governativa com

<sup>5</sup> FLORI, Jean – *Caballeros y Caballeria en la Edad Media*. Barcelona: Paidós, 2001, pp. 179-198.

<sup>6</sup> *Ordenações Afonsinas*. Livro Primeiro. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 285.

<sup>7</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. II- cap. LXXV, pp. 588-666.

<sup>8</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. III, 591.

sentimentos de “trysteza, odio, ynveja e cobyça”<sup>9</sup>, foi sobre o conde de Barcelos, D. Afonso, que Rui de Pina descarregou o ónus do problema – tenha-se em conta que ele seria responsável, mais tarde, pela morte do infante D. Pedro, a quem o pai do cronista serviu. Por isso o autor identificou firmemente a causa próxima: o acordo estabelecido entre D. Leonor e D. Pedro para o matrimónio de D. Afonso V com D. Isabel, filha do infante, colidia com o projecto do conde, que pretendia em casar o pequeno rei com uma neta, também D. Isabel, nascida do casamento da sua filha, do mesmo nome, com o infante D. João<sup>10</sup>.

Num segundo momento, recorrendo a documentos e aludindo a relatos, Rui de Pina descreve-nos, com uma certa mágoa, como o reino progressivamente dava mostras de agitação social e de clivagem política. Ao narrar essa conjuntura está consciente que em Portugal se definem “bandos”, verdadeiros pilares do conflito interno: o de D. Pedro, “príncipe poderoso e amado do povo”<sup>11</sup> – confirmado-se nesta prosa enquanto modelo de virtude –, particularmente expressivo no município de Lisboa, e o de D. Leonor, formado por um punhado de senhores próximos da casa de Barcelos<sup>12</sup>.

Por fim, a explanação do percurso de uma e de outra facção até os exércitos terçarem armas, entre 1440 e 1441, parece encerrar o pensamento do cronista em relação a este tipo de conflito. São louvados os seguidores petristas, que “avyam respeito do bem comum e assesego do Reyno”<sup>13</sup>, ao encomendarem em Lisboa uma homília a Frei Vasco da Alagoa, “por ser Padre d’autorydade e de letras”, tendo em vista “comover ho povo a paz”<sup>14</sup>. Ao próprio infante, face aos desafios para assumir a regência plena pela força, o cronista atribui um generoso discurso dirigido aos populares, segundo o qual dava entender a preferência do caminho do “dereito e justyça”<sup>15</sup>. De forma oposta, Rui de Pina critica veementemente a facção da rainha, que manobrava com baixeza apenas por “favor, mercee, e acrecentamento”<sup>16</sup>. Seria um infame conde de Barcelos, D. Afonso, que, ao levar D. Leonor a romper o pacto jurídico da regência com o cunhado, despoletaria a luta armada, conseguindo, segundo as palavras condenatórias do cronista, no reino “aver desacordo”<sup>17</sup>.

Já um conflito entre reinos cristãos sempre “pesaria muyto”, no entender de Rui de Pina<sup>18</sup>. Mas entre monarquias seguidoras de Cristo existia forma, como

<sup>9</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. VIII, p. 595.

<sup>10</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XVI, p. 604.

<sup>11</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. III, p. 591.

<sup>12</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XIV, pp. 600-601.

<sup>13</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XI, p. 599.

<sup>14</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XXV, p. 614.

<sup>15</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XXVII, p. 616.

<sup>16</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XI, pp. 597-598.

<sup>17</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XIII, p. 600.

<sup>18</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. LXXIX, p. 684.

era do seu conhecimento, de “justamente fazer guerra”<sup>19</sup>. Em toda a crónica, os capítulos que nos permitem um olhar mais próximo sobre a percepção desta “maneira” de conflito correspondem, sem dúvida, aos que narram a origem da contenda que opôs D. Afonso V aos Reis Católicos, entre 1475 e 1479, na disputa pelo trono castelhano<sup>20</sup>.

Como é notório na composição da prosa, Rui de Pina procura apresentar com o maior cuidado o “fundamento que ElRey Dom Affonso teve pera entrar em Castella”. Segundo o cronista, morto Henrique IV, em Dezembro de 1474, chegara à corte portuguesa o seu “sollene e acordado Testamento”<sup>21</sup>. Sucede que o documento aludido na crónica foi negado por D. Isabel, meia-irmã do defunto monarca e rival do rei português, além de permanecer desconhecido dos historiadores até hoje. Ter-se-ia Rui de Pina baseado nalgum relato sobre o testamento ou, no limite, foi capaz de forjar a sua existência para compor a sua narrativa?

Como quer que tenha sido, o alegado documento revestia-se da maior importância, pois no seu conteúdo radicava a legitimidade do rei português para intervir em Castela: segundo nos diz a crónica, através do testamento Henrique IV declarava a princesa D. Joana de Castela como sua filha e herdeira, apelando a D. Afonso V para assumir a “governança” do reino e se casar com a princesa<sup>22</sup>. Note-se como a narrativa do cronista, assente ou não em acontecimentos reais, obedece a uma lógica que enquadra qualquer acção bélica de D. Afonso V em Castela numa perspectiva de defesa – senão de recuperação – de bens e direitos – no caso, a coroa castelhana, a qual D. Isabel e D. Fernando de Aragão, seu marido, não perderam tempo em cingir à cabeça.

Ainda assim, Rui de Pina salienta a ponderação de D. Afonso V antes de combater uma monarquia cristã: logo em Dezembro de 1474, escuta o conselho régio português; na viragem para Janeiro, expede um mensageiro para recolher certidões dos que, no reino vizinho, se dizem seus apoiantes; por fim, em Fevereiro, “per conselho que pera ysso teve”, enviou uma embaixada a D. Isabel e D. Fernando. A descrição desta missão diplomática completa o cuidado do cronista. Em Valhadolide, o doutor Rui de Sousa ter-se-á dirigido aos Reis Católicos, segundo a crónica, notificando-os da legitimidade da princesa D. Joana e do seu casamento, e exigindo o abandono daqueles reinos. Só então, esgrimida a “justifyçam de Leis” – ou não fosse a baixa Idade Média um período de (re) afirmação do direito –, o trono de Castela pôde, como nos diz Rui de Pina, ficar à “desposyçam e força das armas”<sup>23</sup>.

<sup>19</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. LXXVIII, p. 683.

<sup>20</sup> Leia-se, a propósito da Guerra Luso-castelhana de 1475-1479 : ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*. Porto, [Policopiado], 2011.

<sup>21</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CLXXIII, p. 829.

<sup>22</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIII, p. 829.

<sup>23</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIV, p. 830.

Por fim, conseguimos descortinar o enquadramento ideológico do cronista relativamente à guerra contra os muçulmanos, que era, no seu entendimento, “tam santa e tam piedosa”<sup>24</sup>. Essa luta contra os inimigos da fé cristã, para a qual D. Afonso V teria “hum natural desejo”, encontra-se amiúde tratada na crónica, sendo o pensamento de Rui de Pina particularmente claro na narrativa em que contextualiza a tomada de Alcácer-Ceguer em 1458, na sequência da pregação de cruzada contra os turcos otomanos<sup>25</sup>.

De acordo com a crónica, a guerra ao Islão seria, antes de mais, um dever dos soberanos de toda a Cristandade. Por isso o Papa Calisto III, face à impactante queda de Constantinopla em 1453, procurou com “hum santo ardor”, nas palavras de Rui de Pina, mobilizar as cabeças coroadas do ocidente a tomar parte no projecto que visava a expulsão dos muçulmanos daqueles domínios. D. Afonso V, “como era Pryncepe muy Catholico”, acentuou o cronista, “aceitou a empresa com promessa de servir a Deos naquella guerra”, fazendo-se então notar na crónica como a contenda, do ponto de vista teórico, era levada a cabo sob a autoridade divina<sup>26</sup>.

Apesar do projecto cristão ter esmorecido entre a maior parte dos monarcas, em 1457 D. Afonso V decidiu-se pela tomada de Alcácer-Ceguer, a ter lugar no ano seguinte. Segundo Rui de Pina, o rei levava a expedição a cabo para “que Deos fosse servydo, e a sua fée mais acrecentada”, revelando que esta guerra, longe de ter um fim em si mesma, procurava abrir caminho a um processo de conversão. Afinal, como atribui a um discurso do infante D. Henrique ainda antes da partida, a expedição seria “nom por cobiça”, mas por fins religiosos. Neste contexto, o cronista acaba por revelar conhecimento do mais elevado significado que representava a acção do bispo de Silves quando, a mando do papa, “a ElRey trouxe a Cruzada”. Pela bula que a materializava, conclui com a crença, no plano espiritual, das garantias de “grandes e piadosas graças e perdoes da Sée Apostolica” para os combatentes que integrariam a campanha<sup>27</sup>.

Por último, cumpre-nos confrontar, em jeito de interrogação, o pensamento de Rui de Pina com as doutrinas que definiam, nos finais da Idade Média, os tipos de guerra que identificámos. Afinal, não estaria o cronista ciente da ideia de “guerra civil”, a qual, de acordo com as *Ordenações Afonsinas*, se fazia “em maneira de bandos”, com o “Regno por desacordo”<sup>28</sup>? Não seria também conhecedor da doutrina da “guerra justa” que remontava a Santo Agostinho (século V), o bispo que, combinando pensamento clássico com ensinamentos cristãos, estabeleceu como condições para se desencadear um conflito entre monarquias cristãs a defesa ou recuperação de bens ou direitos perdidos? Por fim, não estaria Rui de

<sup>24</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CCX, p. 877.

<sup>25</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXV-CXXXVIII, pp. 767-778.

<sup>26</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXV, pp. 767-768.

<sup>27</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXXVIII, pp. 772-773.

<sup>28</sup> *Ordenações Afonsinas*. Livro Primeiro, pp. 285-286.

Pina enquadrado pela ideologia da “guerra santa” que a Igreja, desde os finais do século XI, assumiu como obra apostólica, na perspectiva de o guerreiro abrir caminho ao missionário<sup>29</sup>? A todas estas questões nos inclinamos para uma resposta afirmativa, atrevido-nos até a sugerir umnexo entre si. Numa perspectiva global, Rui de Pina parece manifestar um sentimento em relação à(s) guerra(s) que concebia a unidade do reino e a paz entre monarquias cristãs, segundo Margarida Garcez Ventura, “como condição da luta eficaz contra os infieis”<sup>30</sup>.

## 2. Os homens da guerra: “boões e leaaes Vassalos”

Na transição da Idade Média para a modernidade, segundo João Gouveia Monteiro, a hoste régia que se levantava em Portugal era composta por diferentes corpos: a guarda do rei, as mesnadas senhoriais, os contingentes das ordens militares, as milícias concelhias, as companhias de mercenários e os grupos de homiziados<sup>31</sup>. Ainda distante do tempo dos exércitos permanentes, correspondia, *grosso modo*, a uma força convocada *ad hoc* para satisfazer as necessidades de uma dada campanha. Mas era, ao mesmo tempo, uma força socialmente heterogénea, que integrava membros dos vários “Estados do reino” – da “gente meuda”<sup>32</sup>, no dizer de Rui de Pina, aos “boões e leaaes Vassalos”<sup>33</sup>. Porém, ao narrar a guerra, o cronista quase a resume à ação dos nobres, em contraste com o povo, que, sem identidade ou caracterização, é genericamente referido entre os muitos “de pé” ou, na melhor das hipóteses, “de cavallo”<sup>34</sup>. Centrados no grupo dos chamados *bellatores*, vejamos, com a perspectiva sociológica de Rui de Pina, a importância que representavam no mundo das armas.

A essência da ordem nobiliárquica continuava a ser o exercício das armas, segundo Maria de Lurdes de Rosa, a sua fonte de prestígio e de bens materiais<sup>35</sup>. Ao longo da crónica fica patente como, de acordo com a mentalidade da época, o serviço da nobreza ao rei era entendido, por excelência, na condução dos seus próprios exércitos ou no desempenho de cargos militares. Por isso, entre outros, o cronista elogia a atitude magnânima do conde D. Afonso de Arraiolos quando em 1461 “pedio a ElRei licença pera se hir a Alcacere”, começando da sua parte

<sup>29</sup> VENTURA, Margarida Garcez – «A “Guerra Justa”: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português». In *Homo Viator. Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 570-572.

<sup>30</sup> IDEM – *Ibidem*, p. 572.

<sup>31</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, pp. 192-204.

<sup>32</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. X, 598.

<sup>33</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. XIV, 601.

<sup>34</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. LXXXV, p. 694

<sup>35</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Longas guerras, longos sonhos africanos: da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, 2010, p. 20.

a ser “feyta muita despesa” na mobilização de um grande exército<sup>36</sup>. Por outro lado, destaca-se o desempenho pelos nobres dos altos cargos do oficialato régio ligados à guerra, como os de alferes, marechal ou condestável, que, como salientavam as *Ordenações Afonsinas*, deveriam caber a fidalgo de “boa linhagem”<sup>37</sup>. A ambição pelo exercício destes ofícios seria tal que, segundo Rui de Pina, o conde D. Afonso de Ourém, no ano de 1443, reclamou junto do regente D. Pedro o cargo de condestável por ter sido de seu avô D. Nuno Álvares Pereira. Este gesto, que de acordo com o cronista redundou na recusa do infante e no distanciamento do conde, espelhava uma mentalidade – contrária à afirmação do poder real – que chegava a conceber o ofício numa lógica patrimonial-familiar<sup>38</sup>.

À frente das suas mesnadas ou a desempenhar cargos régios, são os nobres que, pela pena de Rui de Pina, nos iluminam a guerra no plano operacional. Isso verifica-se desde o início de cada empresa militar. Veja-se como, ao descrever a concentração de uma hoste de auxílio ao rei Juan II de Castela em 1445, entre os “dous myl de cavallo, e quatro myl de pé” se destacam os “Fydalgos pryncipaaes”. O cronista enuncia-os, partindo dos titulares, segundo um claro raciocínio que espelhava a lógica hierárquica da sociedade do seu tempo: primeiro, D. Álvaro de Castro, “que despois foy Conde de Monsanto”, Lopo de Almeida, “que despois foy Conde d’ Abrantes”, Dom Duarte de Meneses, “que despoys foy Conde de Viana”; depois, ainda designados pelo nome, Diogo Soares de Albergaria, Fernão Coutinho, João de Gouveia; por fim, decerto menos importantes, refere genericamente “outros muytos Fydalgos e Cavalleiros da Corte”<sup>39</sup>.

Este exemplo é como que um mote para a narrativa de outras operações. Ao descrever as marchas dos exércitos, se exceptuarmos a figura régia (quando em presença), o cronista quase só refere as colunas comandadas pelos nobres, como é o caso da “Ordenança da Oste” na invasão de Castela em Maio de 1475, onde é evidente a selecção das “batalhas” dos cinco condes e do duque de Guimarães, D. Fernando, herdeiro da casa de Bragança<sup>40</sup>. Nos cercos, como no de Alcácer-Ceguer, em 1458, o foco tende em grande medida para a acção dos chamados “pryncipaes” no acometimento sobre a cidade<sup>41</sup>. Em caso de batalhas campais, como sucedeu em Toro, em 1476, a referência às “hazes” faz-se com um olhar sobre a gente “cortesaã e mui limpa”<sup>42</sup>.

Mas, segundo nos revela a crónica, era em combate que os nobres deixavam transparecer os seus valores de fidelidade, honra e audácia, tão bem declarados no discurso atribuído a D. Pedro quando, no início das intrigas que conduziram

<sup>36</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CXLVI, p. 794.

<sup>37</sup> *Ordenações Afonsinas*. Livro Primeiro, pp. 316-314.

<sup>38</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. LXXXII, p. 689.

<sup>39</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. LXXXV, p. 694

<sup>40</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXVII, p. 832.

<sup>41</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXXVIII, pp. 772-778.

<sup>42</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXC, p. 844.

a Alfarrobeira, se terá dirigido a D. Afonso V: “sobre todos vossos vassallos e servydores, eu vos amo e vos som mais obediente e mais leal”<sup>43</sup>. Daí que os exemplos maiores de sacrifício da nobreza guerreira se encontrem tantas vezes associados a uma expressiva descrição de violência física, segundo Maria de Lurdes Rosa, uma característica que a cronística tardo-medieval acentuou<sup>44</sup>. Veja-se como, na Batalha de Toro de 1476, é elogiado o célebre alferes, Duarte de Almeida, que ao procurar evitar a captura do pendão real acabou “decepado com infyndas feridas”<sup>45</sup>. Já na Serra de Banacofu, em 1464, o cronista louva exaustivamente o conde de Viana, D. Duarte de Meneses, “esforçado e syngullar Capitam”, que ao cobrir uma retirada do rei foi chacinado pelos mouros<sup>46</sup>. Na sequência da tomada de Arzila, em 1471, a morte em combate do conde de Monsanto foi mesmo associada à investidura de cavaleiro do príncipe D. João, imputando-se a D. Afonso V o célebre discurso: “Fylho, Deos vos faça tam bom cavaleiro como este que aquy jaz”<sup>47</sup>.

Mas a Rui de Pina não escapou também, ao longo da crónica, como o ofício da guerra obrigava os senhores a uma exigente cultura marcial. Ciente da sua importância, o cronista refere, de forma crítica, que um indivíduo apenas criado “em poder de molher” resultará “fraco e feminado”<sup>48</sup>. Por isso, acrescenta, era fundamental desde tenra idade uma educação subordinada ao exercício das armas, “per enxemplos e doutryna, e merecimentos da cavallaria”<sup>49</sup>. No fundo, tratava-se de uma instrução composta por uma componente teórica, que modelava o saber guerreiro e o sentido ético cavaleiresco, e uma prática, que lograva o desenvolvimento das “manhas de corpo”<sup>50</sup>.

As referências na crónica ao modo de vida da nobreza não nos deixam dúvida da importância que se pretendia atribuir ao conhecimento e à prática de actividades de preparação para a guerra. Veja-se como Rui de Pina elogia o infante D. Pedro, no plano intelectual, por ser “dado muyto ao estudo”<sup>51</sup>, destacando entre os livros da sua biblioteca o tratado militar *De Re Militari*, do romano Vegécio, particularmente em voga na baixa da Idade Média, dentro do espírito de valorização dos autores clássicos<sup>52</sup>. Mais abundantes são as alusões aos exercícios que visavam a manutenção da forma física, o bom manejo do

<sup>43</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. LXXXIX, p. 701

<sup>44</sup> ROSA, Maria de Lurdes – *Ob. Cit.*, pp. 111-115.

<sup>45</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CXCI, p. 847.

<sup>46</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLVI, 812-813.

<sup>47</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXV, p. 823.

<sup>48</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. L, p. 643.

<sup>49</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. L, p. 645.

<sup>50</sup> OLIVEIRA, António Resende de – «“Mais de pedras que de livros”: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo». In *D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e a sua época*. Coord. Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal, 2004, p. 294

<sup>51</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CXXV, p. 754.

<sup>52</sup> MONTEIRO, João Gouveia – *Ob. Cit.*, p. 214.

armamento e a exímia prática equestre. Como grande senhor, o mesmo infante D. Pedro foi elogiado por ser bom “caçador e monteiro”<sup>53</sup>, actividade que, por sua “fortaleza e segurança” de carácter, não terá abandonado no seu ducado de Coimbra até às vésperas da Batalha de Alfarrobeira (1449), onde perdeu a vida<sup>54</sup>. São mais comuns as referências à prática das justas, que promoviam a competição e, quando associadas a momentos festivos da vida do reino, se convertiam num espectáculo de exibição da nobreza. O casamento da infanta D. Leonor com o imperador Frederico III, acordado em Lisboa em Agosto de 1451, foi disso exemplo. Entre a descrição da solenidade dos actos no paço e da abundância do banquete, o cronista exalta as faustosas “justas Reaes” na Rua Nova, nas quaes, passados “notavees e maravilhosos encontros”, saiu vencedor o infante D. Fernando, irmão do rei. Por fim, a importância das celebrações foi ainda de molde aos senhores se poderem provar na lide de touros, como salienta a crónica, em que eram obrigados a provar a sua coragem e destreza<sup>55</sup>.

A visão marcial de Rui de Pina sobre o estado dos combatentes procura, por um lado, salientar os principais modelos de ética e prática na guerra. Mas esta vertente parece completar-se, por outro lado, com as cuidadas referências à cultura nobiliárquica. Assim sendo, não pretenderia o cronista, na viragem para o século XVI, reproduzir a mensagem que a dinastia de Avis veiculara nalgumas obras literárias que visavam, nas palavras de António Resende de Oliveira, “as boas práticas e virtudes da cavalaria”<sup>56</sup>?

### 3. A “memoria das Reaes virtudes e feytos Ymperiaaes”

Ao longo da baixa Idade Média, a teorização que sustentava o poder real na Cristandade foi definindo as atribuições governativas do monarca, as quais, para além do cumprimento dos desígnios da Igreja e da prática legislativa e judicial para harmonia do reino, passavam pelo exercício da guerra<sup>57</sup>. De resto, na transição para a modernidade o movimento renascentista, inspirando-se de forma genuína em modelos clássicos como Alexandre Magno, Júlio César ou Constantino, acentuava a importância do “magistério da violência” dos príncipes, como salientou John Law<sup>58</sup>. Ora, a *Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V* parece inscrever-se neste paradigma, como dá a entender Rui de Pina no prólogo, desde logo, ao afirmar que a sua obra tinha como finalidade a “memoria das Reaes virtudes e

<sup>53</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CXXV, p. 754.

<sup>54</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXI, p. 732.

<sup>55</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXXI, p. 761.

<sup>56</sup> OLIVEIRA, António Resende de – *Ob. Cit.*, p. 295.

<sup>57</sup> VENTURA, Margarida Garcez – «O ofício de rei no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder». In *O Portugal Medieval. Monarquia e Sociedade*. Org. Carlos Nogueira. São Paulo: Alameda, 2010, pp. 125-141

<sup>58</sup> LAW, John – «O príncipe do Renascimento». In *O Homem Renascentista*. Dir. Eugenio Garin. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1991, pp. 20-24.

feytos Ymperiaaes”<sup>59</sup>. Assumida uma dimensão política de propaganda régia pelo cronista, para quem “a Estoria he hum vivo espelho” no conhecimento daqueles “boões exempros”, à semelhança do que se fazia na Antiguidade, procuremos descortinar a preponderância marcial nesta perspectiva de representação<sup>60</sup>.

Observando a crónica de uma forma global, apurámos que mais de metade dos capítulos versa sobre a guerra. A esmagadora maioria refere-se, como seria de esperar, às guerras travadas pelo reino de Portugal. Se considerarmos apenas estes, vislumbramos uma clara orientação do cronista na narrativa: o relevo dos conflitos que contaram com a participação régia. Veja-se, a título de exemplo, os sete capítulos relativos ao conflito que culminou na Batalha de Alfarrobeira de 1449<sup>61</sup>, os onze capítulos que descrevem a campanha marroquina de 1463-1464<sup>62</sup> ou os trinta e cinco capítulos respeitantes à empresa castelhana de D. Afonso V que teve ponto alto na Batalha de Toro de 1476<sup>63</sup>. Em contraponto, é notória a menor importância atribuída pelo cronista às campanhas conduzidas por nobres, como seja o caso da resistência liderada em Alcácer Ceguer pelo conde D. Duarte de Viana no cerco de 1459<sup>64</sup> ou da expedição conduzida pelo conde D. Afonso de Arraiolos em torno de Ceuta em 1460<sup>65</sup>, uma e outra empresa, respectivamente, com somente um capítulo dedicado. Já no que concerne ao conflito que em redor de 1450 foi travado nas costas da África subsaariana, onde a realeza jamais marcou presença, é sintomático que nem um capítulo – ou sequer uma menção – tenha merecido a atenção de Rui de Pina<sup>66</sup>. Consideraria o cronista que essas escaramuças frente às tribos negras, na exploração de novas terras, correspondiam a uma contenda irrelevante – senão menos digna – para a propaganda régia?

Como quer que tenha sido, parece evidente nesta narrativa a exaltação de uma realeza guerreira. Nesse sentido, Rui de Pina apresenta-nos um paradigma de monarca que não hesita em tomar armas no exercício daquilo que, segundo o estudo de José Varandas, Margarida Garcez Ventura e Inês Araújo, eram consideradas competências do poder real: a protecção dos bons e o castigo dos maus, a defesa do reino e a luta contra o infiel<sup>67</sup>. Senão, vejamos. D. Afonso V é observado na obrigação de intervir internamente contra o infante D. Pedro, em 1449, “por desobediencia e deslealdade”<sup>68</sup> – ainda que tivesse por base uma

<sup>59</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, prólogo, p. 584.

<sup>60</sup> IDEM – *Ibidem*, prólogo, 583.

<sup>61</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXVI-CXXIII, pp. 738-749.

<sup>62</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXLVII-CLVII, pp. 787-814.

<sup>63</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIII-CCVII, pp. 829-872.

<sup>64</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXLII, pp. 787-789.

<sup>65</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXLIII, pp. 790-791.

<sup>66</sup> DUARTE, Luís Miguel – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 441.

<sup>67</sup> VENTURA, Margarida Garcez, et al. – «Representações dos modelos clássicos militares no rei medieval português». *História* [online]. N.º 31 (2012), p. 32.

<sup>68</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CVII, p. 725.

“enjuria”, nas palavras do cronista, o qual, talvez para isentar (publicamente) o rei de (ir)responsabilidade, tem o cuidado de atribuir somente a falta ao duque de Bragança<sup>69</sup>. Na mesma linha, Rui de Pina louva o monarca por desembainhar a espada, em 1474, com o “fundamento” de defender o reino castelhano, que, de acordo com a narrativa, lhe caberia por casamento com a princesa D. Joana<sup>70</sup>. De forma mais sistemática, elogia o papel do rei “nas cousas da guerra dos Mouros” onde, para além de dilatar o território, se mostrou “Pryncepe muy Catholico e amigo de Deos”<sup>71</sup>, destacando-se a forma pronta como se dispôs para a conquista de Alcácer Ceguer (1458), a incursão na Serra de Benacofu (1463-1464) e a tomada de Arzila e a ocupação de Tânger (1471). Por isso, em relação às virtudes de D. Afonso V, conclui: “foy sempre zellador de emprender cousas árduas, e prosseguyllas por armas”<sup>72</sup>.

Se nas decisões políticas respeitantes à guerra, no seu ofício governativo, o soberano é sublimado, o mesmo se verifica na preparação das campanhas. Em primeiro lugar, é notório o cuidado em apresentar a pessoa régia a mandar “perceber os Grandes e Senhores Prelados, Fydalgos, e Cavalleiros, e gente outra de seus Reynos”<sup>73</sup>. Enquanto “senhor da hoste”<sup>74</sup>, tal como consta das *Ordenações Afonsinas*, é o rei que, acima de todos, convoca o reino para a guerra. Depois, ao aludir à concentração das tropas, Rui de Pina procura amiúde dar expressão ao poder e à grandeza do soberano, capaz de mobilizar uma impressionante força de “cinco myl e seis centos de cavallo, e quatorze myl homens de pé”<sup>75</sup> – note-se que estas impactantes descrições, segundo Luís Miguel Duarte, eram próprias da cronística régia que, “para maior glória do rei que tal exército tinha”, muitas vezes inflacionava a dimensão da hoste reunida<sup>76</sup>! O cronista chega a completar as exposições da hoste, revelando conhecimento bélico, com menções às modernas “artelharias”, além de “armas e tendas”, que se concentrariam, segundo um discurso que procura transmitir harmonia, “em gram perfeiçam”<sup>77</sup>.

Mas é na narrativa das operações militares que, entre tudo e todos, se destaca claramente a figura do monarca. Ao longo da obra, parece existir uma intencionalidade na representação quase majestática do soberano, espelhando autoridade e prestígio: em 1449, no vale de Alfarrobeira, está saliente a “tenda d’ElRey”<sup>78</sup>; em 1458, na aproximação às muralhas de Alcácer-Ceguer, encontramos “ElRey posto em hum cavalo Sezeliano, armado e acobertado com

<sup>69</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CVI, p. 724

<sup>70</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIII, p. 829.

<sup>71</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CCXIII, p. 881.

<sup>72</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CCXIII, p. 881.

<sup>73</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIV, p. 830.

<sup>74</sup> *Ordenações Afonsinas*. Livro Primeiro, p. 306.

<sup>75</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832.

<sup>76</sup> DUARTE, Luís Miguel – *Nova História Militar de Portugal*. Vol. 1, p. 375.

<sup>77</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CLXXVII, p. 832.

<sup>78</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXI, p. 746.

sua espada na mão”<sup>79</sup>; em 1475, na marcha em direcção a Plasência, D. Afonso V comanda o exército com todo o aparato, ladeado por “Reaes bandeiras tendidas”, escoltado por “certos genetes” e acompanhado por um pajem que segura o pendão com a sua divisa francesa, “jamais”<sup>80</sup>.

Em última análise, era no calor dos combates que se jogava a glória da coroa portuguesa. Talvez por isso Rui de Pina narre as refregas, por diversas vezes, colocando as forças lusas em desvantagem: o sucesso, a acontecer, torna-se mais notável; o desaire, a ter lugar, recolhe maior justificação. Um exemplo expressivo destas vitórias corresponde à resistência ao cerco muçulmano a Alcácer-Ceguer em 1458, imediatamente após a conquista portuguesa, para o qual o rei de Fez teria mobilizado “trinta myl de cavallo, e gente de pé sem conto”<sup>81</sup> – um exército de dimensões improváveis para a época. Em contraponto, será com o maior cuidado que o cronista justificará a derrota da ala de D. Afonso V na Batalha de Toro, em 1476, pois, segundo afirmou, “na batalha d’ElRey Dom Fernando vynha muyta, e muy grossa gente d’armas, aalém dos genetes, e mais lançaram diante de sy hum agram soma d’espingardeiros”<sup>82</sup>.

Contudo, para além de D. Afonso V, a narrativa dos combates parece de molde a enaltecer outras figuras da realeza. Daí que, a seguir ao rei, Rui de Pina foque as virtudes e os feitos do príncipe D. João, por ventura até os sobredimensionando pela amizade que os uniu – note-se ainda que o cronista devia a este monarca, enquanto burocrata, a sua ascensão na corte régia. Um exemplo maior será o louvor da acção bélica do príncipe, associado ao governo enquanto regente, no conflito luso-castelhano de 1475-1479, em que, apesar de seu pai haver levado “a frol da gente e armas do Reyno (...) de noite e de dia, e em armas sempre vestido (...) nom somente muitas vezes defendeo em pessoa os Reinos (...) mas aynda os estranhos ofendia, e guerreava continuamente per muytas maneiras”<sup>83</sup>. Mas podemos ainda encontrar uma atenção especial, entre a família real, no tratamento marcial do infante D. Fernando. Sempre considerando o “seu real sangue e real condyçam”, o cronista destaca singularmente as “grandes e arduas empresas” daquele que, em 1469, foi capaz de tomar “per sy” a cidade de Anafé<sup>84</sup> – para além de irmão de D. Afonso V era, afinal, o pai D. Manuel I. No seu conjunto, não estaria Rui de Pina a “legitimar pelas armas” toda uma dinastia?

---

<sup>79</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXXVIII, p. 776.

<sup>80</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXIV, p. 830.

<sup>81</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXXXIX, p. 779.

<sup>82</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CXCI, p. 845.

<sup>83</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLXXXVII, p. 841.

<sup>84</sup> IDEM – *Ibidem*, cap. CLII, p. 804.

## Conclusão

Escrita na viragem para a centúria de Quinhentos, numa fase de consolidação da cronística régia, a *Crónica do Senhor Rey Dom Afonso V* corresponde a uma fonte privilegiada para o estudo do século XV português e, em particular, da arte da guerra na transição da Idade Média para a Idade Moderna. O cronista Rui de Pina, como tivemos ocasião de constatar, transparece um significativo conhecimento do mundo bélico, da organização à formação militar, da estratégia à tática, do recrutamento ao armamento. Para narrar os acontecimentos marciais terá levado a cabo um trabalho heurístico notável que, tanto quanto apreendemos, passou pela recolha de relatos, cartas e documentação, para além do recurso à memória e do conhecimento de alguns locais. Ciente do papel do seu ofício, pôde assim compor a crónica, tocado por um conjunto de influências culturais, às quais já não era alheio o movimento renascentista.

A observação da narrativa bélica, no plano ideológico, levou-nos a considerar que Rui de Pina, pela forma e pelo conteúdo da prosa, apresenta consciência das doutrinas que nos finais da medievalidade definiam as guerras “civil”, “justa” e “santa”. Mais, tomando posição pela unidade do reino, pela concórdia entre monarquias cristãs e pelo combate ao infiel, o cronista vai ao encontro, em última instância, da mensagem da cronística régia de que, segundo Susani França, “fazia-se a guerra pensando na paz”<sup>85</sup>.

Numa perspectiva sociológica, o mundo das armas que a crónica nos revela é, por excelência, o da nobreza. Esse enfoque decorreria, por um lado, da mentalidade que concedia aos nobres um lugar privilegiado numa sociedade de ordens; mas a sua exaltação no serviço ao rei, na guerra ou na (boa) prática da sua cultura marcial, parece significar uma chamada de atenção para a essência da vocação nobiliárquica quando o império português, “em tytullos e Senhoryos mayores”<sup>86</sup>, se alargava do Brasil à Índia.

Por fim, ao descortinarmos o alcance político da narrativa da guerra por Rui de Pina, deparamo-nos com uma clara função de propaganda régia, visível em perspectivas tão diversas como a selecção das lutas, o elogio das virtudes régias e a representação em campanha concedida a D. Afonso V e, com ele, a outras figuras da realeza. Afinal, D. Manuel I sucedera a D. João II, em 1495, oriundo de um ramo colateral, pelo que se revestiria da maior importância a sua associação a uma modelar dinastia guerreira.

---

<sup>85</sup> FRANÇA, Susani Silveira Lemos – *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. [São Paulo]: Annablume, 2006, p. 203.

<sup>86</sup> PINA, Rui de – *Ob. Cit.*, cap. CLXI, p. 817.

## **Bibliografia**

### **1. Fontes:**

PINA, Rui de – *Crónicas de Rui de Pina*. Introd. e rev. de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

*Ordenações Afonsinas*. 5 vol. 2ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

### **2. Dicionários e obras gerais:**

AMADO, Teresa, et al. – *Dicionário da literatura medieval portuguesa*. Coord. Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani. Lisboa: Caminho, 1993.

DIAS, Aida Fernanda – *História crítica da literatura portuguesa*. Dir. Carlos Reis. Vol. 1 – Idade Média. Lisboa: Verbo, 1998.

DIAS, João José Alves, et al. – *Nova História de Portugal*. Dir. de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 5. Lisboa: Presença, 1998.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto Flores Reis da – *A Batalha de Toro*. Porto, [Policopiado], 2011.

GARIN, Eugénio – *Idade Média e Renascimento*. Trad. Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Estampa, 1989.

LAW, John, et al. – *O Homem Renascentista*. Dir. Eugenio Garin. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Presença, 1991

LE GOFF, Jacques – *A civilização do ocidente medieval*. Vol 1. 2ª ed. Trad. Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Nova História de Portugal*. Dir. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Vol. 4. Coord. A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Presença, 1987.

### **3. Estudos:**

AMADO, Teresa, et al. – *A guerra até 1450: ideia e prática, a imagem do inimigo*. Coord. Teresa Amado. Lisboa: Químera, 1994.

DUBY, Georges – *A Sociedade Cavaleiresca*. Lisboa: Teorema, 1989.

FLORI, Jean – *Caballeros y Caballería en la Edad Media*. Trad. Godofredo González. Barcelona: Paidós, 2001.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos – *Os reinos dos cronistas medievais (século XV)*. [São Paulo]: Annablume, 2006.

GOMES, Saul António – *D. Afonso V, o Africano*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2006.

GUREVITCH, Aron J. – *As categorias da cultura medieval*. Trad. João Gouveia Monteiro. Lisboa: Caminho, 1991.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias, 1998.

IDEM – *Fernão Lopes: texto e contexto*. Coimbra: Minerva, 1988.

IDEM – «Orientações da cultura de corte na primeira metade do século XV. A literatura dos príncipes de Avis». *Vértice*. II série, 5 (Agosto de 1988).

IDEM, et al. – *Nova História Militar de Portugal*. Dir. Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Vol. 1. Coord. José Mattoso. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003.

OLIVEIRA, António Resende de – «“Mais de pedras que de livros”: D. Afonso, 4.º Conde de Ourém, e a cultura nobiliárquica do seu tempo». In *D. Afonso, 4.º Conde de Ourém e a sua época*. Coord. Carlos Ascenso André. Ourém: Câmara Municipal, 2004.

ROSA, Maria de Lurdes – *Longas guerras, longos sonhos africanos: da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra, 2010.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *A historiografia portuguesa*. Vol. 1. Lisboa: Editorial Verbo, 1972.

IDEM – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. [Lisboa]: Instituto de Cultura Portuguesa, 1977.

SOUSA, Armindo de – «Os cronistas e o imaginário no século XV». *Revista de Ciências Históricas*. IX (1994).

VENTURA, Margarida Garcez – «A “Guerra Justa”: tradição, doutrina e prática nos inícios da modernidade. O caso português». In *Homo Viator. Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*. Lisboa: Colibri, 2004.

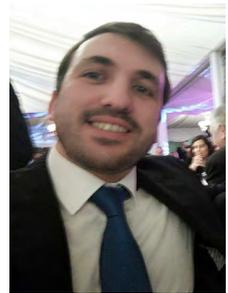
IDEM – «O ofício de rei no Portugal quatrocentista. Teoria e práticas de poder». In *O Portugal medieval: monarquia e sociedade*. Org. de Carlos Nogueira. [São Paulo]: Alameda, [2010].

IDEM, et al. – «Representações dos modelos clássicos militares no rei medieval português». *História* [online]. N.º 31 (2012).

VITERBO, Sousa – *A cultura intelectual de D. Afonso V*. Lisboa: Off. Typ. Calç. do Cabra, 1904.

## **ANTÓNIO MARTINS COSTA**

(São Martinho do Porto, 1986), é licenciado em História e mestre em História Medieval pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e, actualmente, doutorando em História (ramo de Idade Média) na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É ainda investigador do Centro de História da Universidade de Lisboa, onde está ligado aos grupos de investigação História Militar e Estudos de Corte e Diplomacia.



### **Citar este texto:**

COSTA, António Martins – A Guerra aos Olhos de um Cronista Tardo-Medieval: Rui de Pina e a Cronica de D. Afonso V. Revista Portuguesa de História Militar - Dossier: Da Fundação à Expansão (Séculos XII-XVI). Lisboa. ISSN 2795-4323. Ano II, n.º 2 (Junho 2022), <https://doi.org/10.56092/JHHF9692>